



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos**

## **FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL NA ORDEM DO CAPITAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRIÁDE PAUPERISMO, NECESSIDADES HUMANO-SOCIAIS E DEMANDAS SOCIAIS**

**MAYRA DE QUEIROZ BARBOSA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O artigo que chega às mãos do/a leitor/a, está fundamentado na análise marxiana acerca dos fundamentos da questão social, dinamizando as esferas econômica, política e social na ordem do capital. Apontamos que a produção contraditória do pauperismo da classe trabalhadora demonstra que a não satisfação de suas reais necessidades humano-sociais responde, fundamentalmente, à autoreprodução do capital.

**Palavras-chave:** Questão social. Pauperismo. Necessidades humano-sociais. Demandas sociais.

### **ABSTRACT:**

The article that reaches the reader's hands is based on Marxian analysis regarding the foundations of the social issue, dynamizing the economic, political and social spheres in the order of capital. We point out that the contradictory production of working class pauperism demonstrates that the non-satisfaction of their real human-social needs responds, fundamentally, to the self-reproduction of capital.

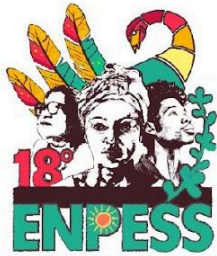
**Keywords:** Social issues. Pauperism. Human-social needs. Social demands.

## **1. INTRODUÇÃO**

Os fundamentos econômicos, políticos e sociais da questão social que, aqui, exporemos tem na teoria marxiana a luz para desvelar as raízes materiais que origina o pauperismo da classe trabalhadora na sociedade capitalista, assim, concordamos neste estudo com os argumentos de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Pimentel (2007, p. 170), para quem o fenômeno que se originou do pauperismo “[...] constitui uma das primeiras expressões daquilo que se convencionou denominar ‘questão social’, considerando a dimensão imanente ao conflito de classe no capitalismo, manifesta na desigualdade social”. Partimos das considerações dessa autora, para quem a questão social se constitui a partir de três dimensões fundamentais, quais sejam: primeiro, que sua base material se encontra na A Lei Geral da Acumulação Capitalista de Marx; segundo, que sua dimensão política refere-se à reação da classe trabalhadora ante a sua condição de existência e de trabalho; e terceiro, sua dimensão social diz respeito à intervenção do Estado em face das expressões da questão social.

Nosso objetivo, consiste em trazer ao/a leitor/a, nas breves laudas deste artigo, uma análise radical a partir da teoria social de Marx acerca do pauperismo da classe trabalhadora e da não satisfação de suas reais necessidades humano-sociais nesta ordem. Apreender os fundamentos da questão social a partir da objetividade do real, possibilita-nos o radical entendimento de que o pauperismo da classe trabalhadora deita suas raízes mais profundas nas bases materiais da ordem do capital, essencialmente, tem substância no processo de produção da riqueza social por via da exploração da força de trabalho assalariada de grande parcela de indivíduos, os quais não possuem acesso à riqueza que produzem, ao contrário disto, suas necessidades humano-sociais ao serem reduzidas ao aspecto meramente econômico são reduzidas e atendidas na forma de demandas sociais, advinda das desigualdades sociais entre as classes.

Do processo de evidenciamento e agravamento do pauperismo, apontamos em nosso estudo, que se vislumbra, em oposição ao processo de exploração da força de trabalho e das péssimas condições de vida, o movimento político da classe trabalhadora, expondo a dimensão política da questão social. Estrategicamente, o Estado, enquanto um dos instrumentos a serviço da reprodução do capital, é convocado a enfrentar a questão social a partir de sua fragmentação – mediante as expressões da questão social, institucionalizando-as e reconhecendo-as por meio das políticas sociais, as quais se apresentarão como canais de atendimento às demandas sociais.

Sob essa lógica contraditória do capital, o presente estudo demonstra que as necessidades humano-sociais, específicas, da classe trabalhadora se tornam, essencialmente, reduzidas ao aspecto material e alienante, transfigurado na própria lógica do mercado. Assim, de modo contraditório, os indivíduos se tornam “livres”, na ordem do capital, para buscarem no mercado meios para responder as suas necessidades, e quando não é possível, buscam na esfera do Estado a sua aparente reprodução social – enquanto esfera social. Neste sentido,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

apontamos que as necessidades sociais são fundantes das demandas sociais, que ao serem absorvidas pelo Estado, a partir das políticas sociais, aos reduzi-las e ao fragmenta-las, encortina a base material e política da questão social. Ademais, abscurece todo processo contraditório que fez gerar a pobreza, a ausência de saúde, de educação, de moradia digna, de alimentação, etc.. Portanto, é preciso apreender que o não atendimento às reais necessidades humano-sociais na ordem do capital permite a sua autoreprodução. De fato, essa condição demonstra o sistema de barbárie que habita o capital.

Metodologicamente, trata-se de uma análise que busca na “A lei Geral da Acumulação Capitalista” da obra *O Capital*, de Marx, os fundamentos para se capturar o sistema de produção social da pobreza, nesta ordem, vivenciada pela classe trabalhadora, considerada por estudiosos marxistas como a primeira expressão daquilo que se convencionou a denominar por questão social. Nesta angulação, somam-se à análise, os estudos de autores marxistas, como: Pimentel (2007) e Heller (1986). Espera-se com as breves laudas, trazer ao debate a partir da análise do pauperismo, das necessidades humano-sociais e das demandas sociais o caráter material-econômico, político e social da questão social, assim, demonstrando que sua causalidade deita suas raízes no sistema contraditório e antagônico da reprodução desumana do capital.

## **2. O DESVELAR DO PAUPERISMO DA CLASSE TRABALHADORA À LUZ DA TEORIA SOCIAL DE MARX: bases para apreensão da dimensão econômica da questão social**

Em “A lei Geral da Acumulação Capitalista”, Marx (1996, p. 245) trata da influência “[...] que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” e procura analisar “a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação [...]”, considerada pelo autor com um duplo sentido. Primeiramente, na perspectiva do valor, é determinada pela proporção em que se “[...] reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho [...]”, que é a soma global dos salários. Segundo, na perspectiva da matéria, específica do processo de produção, cada capital é repartido em meios de produção e força de trabalho viva, estando esta composição determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção e o montante de trabalho exigido para seu emprego. Marx denomina a primeira de composição valor e a segunda de composição técnica do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

capital. Existe entre ambas uma estreita correlação. A composição-valor do capital é chamada de “composição orgânica”, à medida que é expressa por “sua composição técnica e espelha suas modificações”. Desse modo, a composição do capital refere-se à composição orgânica, isto é, correlação entre valor do capital constante e valor do capital variável. Portanto, “a média global das composições médias de todos os ramos da produção dá-nos a composição do capital social de um país” (MARX, 1996, p. 245).

Marx salienta que o “crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho” (p. 246). Uma parcela da mais-valia convertida em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo nacional de trabalho. Para Pimentel isto significa dizer que,

no momento de consolidação do capitalismo industrial, a condição essencial para o crescimento do capital é o crescimento do capital variável, ou seja, aquela parte do capital que adquire valor no processo de produção por meio da capitalização da mais-valia e que servirá para a compra de força de trabalho através do pagamento dos salários, assegurando assim a sua reprodução (2007, p. 24).

Nessa direção, Marx destaca que o capital produz anualmente mais-valia e parte dela é adicionada anualmente ao capital original, e como este vem crescendo anualmente com a ampliação do capital, ocorre uma abertura de “novos mercados de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc.,” (MARX, 1996, p. 246). Assim, a acumulação torna-se continuamente ampliada devido à repartição da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda. Além disso, Marx assevera que a necessidade de acumulação do capital pode superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores; quando há uma grande demanda de trabalhadores e uma menor oferta ocorre a elevação dos salários. Segundo Pimentel: “No entanto, isso só ocorrerá quando os referidos pressupostos não sofrerem nenhuma modificação” (2007, p. 25). Assim, para Marx,

a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (1996, p. 246).

Isso se caracteriza para Marx como mecanismo do processo de acumulação, que multiplica a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, “dos assalariados, que transformam sua força



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista” (p. 248). Assim,

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, 1996, p. 253).

Não poderia ser diferente nesse modo de produção, visto que o “trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (p. 253). Essa é uma contradição própria da sociedade capitalista, pois a riqueza produzida não se realiza para suprir as necessidades do trabalhador, mas as necessidades de satisfação da acumulação.

Marx chama atenção para o pressuposto do modo de produção capitalista, no qual a acumulação de capital se realiza a partir da apropriação de capitais individuais ou à medida que os meios de produção e subsistência são transformados em propriedade privada. Como isso, Marx demonstra que “O terreno da produção de mercadorias só pode sustentar a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista” (p. 256). Nesse sentido, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho, mediante esse fundamento, são métodos para aumentar a produção de mais-valia, que é fator para a acumulação acelerada de capital. Destaca-se que:

A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital (Marx, 1996, p. 256).

De acordo com Marx, esses dois fatores econômicos “criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante” (p. 256). Assim, todo capital individual traz uma concentração em grau maior ou menor de meios de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Diante disso, “Toda acumulação torna-se meio de uma nova acumulação” (p. 256), que amplia a massa de riqueza concentrada nas mãos de capitalistas individuais. Nessa direção, o autor apresenta dois pontos que caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação: primeiro, a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social; segundo, a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. Dessa forma,

A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais (MARX, 1996, p. 257).

No que se refere à centralização ou à atração de capital por capital, Marx afirma que “a luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias” (p. 187). Seu barateamento depende da produtividade do trabalho na escala da produção. A partir dessas condições os capitais maiores vencem os menores.

Além disso, Marx destaca que ao se desenvolver a produção e a acumulação, na mesma medida se desenvolvem a concorrência e o crédito, sendo esses dois elementos a alavanca da centralização. Pode-se afirmar que “o progresso da centralização não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza do capital social”. Para Marx, é isso que diferencia a centralização da concentração. A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais (MARX, 1996, p. 258).

A centralização acontece de maneira mais rápida que a acumulação. Todavia, “enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (p. 259). Tem-se, portanto, com a centralização uma diminuição absoluta da demanda de trabalho. Dessa forma, “por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

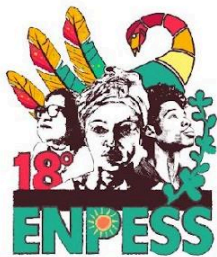
portanto, em proporção ao seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele” (p. 260). É a partir desse processo que se constitui o chamado “**exército industrial de reserva**” ou “**superpopulação relativa**”.

A superpopulação relativa tornou-se uma alavanca do processo de acumulação capitalista, sendo até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Tal superpopulação relativa corresponde a uma massa de trabalhadores desempregados e semiempregados. Ainda conforme o intelectual, a superpopulação relativa constitui o exército industrial de reserva, que pertence “ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona as suas mutáveis necessidades de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional” (MARX, 1996, p. 263).

Essa superpopulação composta por trabalhadores desocupados parciais ou por completo precisa estar disponível para ser subitamente lançada nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas. Desse modo, a superpopulação as provê. Em cada ciclo de produção industrial o capital recruta a superpopulação e a torna a mais enérgico agente de sua reprodução. Assim, de acordo com Marx (1996), “Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semiempregados” (p. 264).

Para alguns economistas políticos, como Malthus, a superpopulação seria consequência do crescimento absoluto da população trabalhadora, em vez de constituir numa necessidade da indústria moderna. Para Marx, “[...] a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (p. 261).

Com o progresso da acumulação há a produção da superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores, devido ao decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação à constante. À medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital tende a elevar mais rapidamente a sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. Isso significa que “O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva”, enquanto a sua reserva faz pressão sobre a parte ocupada, obrigando-a ao sobretrabalho e a se submeter aos ditames do capital. Esse processo condena uma parcela da classe trabalhadora à



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ociosidade forçada, devido ao sobretrabalho da outra parte e vice-versa, o que o torna um mecanismo de enriquecimento do “capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social” (MARX, 1996, p. 266-77).

Assim, a demanda e a oferta de trabalho são reguladas pela expansão ou contração do exército industrial de reserva, que é determinada pelas alterações processadas no ciclo da indústria moderna. O exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores durante os períodos de estagnação e prosperidade média. A superpopulação relativa é, “portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital” (MARX, 1996, p. 269).

Marx afirma que ela é composta por três formas variadas: líquida, latente e estagnada. A líquida, constituída pelos trabalhadores que, “[...] nos centros das indústrias, fábricas, manufaturas, siderúrgicas, minas etc”. (p. 271), ora são expulsos, ora são empregados em maior proporção. Neste âmbito, a superpopulação líquida existe em forma latente. A superpopulação latente diz respeito à população trabalhadora existente na zona rural onde se desenvolve relação capitalista e surge a necessidade de transferência para as áreas industrializadas.

No que se refere à superpopulação relativa na forma estagnada, esta é constituída pelo exército ativo dos trabalhadores, “mas com ocupação completamente irregular” (p. 172). Segundo o autor, tal forma de superpopulação oferece ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível’ (p. 272). Juntamente com essas três formas de superpopulação relativa, embora em formas diferenciadas e em condições diversas, Marx salienta existir outra parte do exército industrial de reserva que vive em total abandono, em extrema privação, isto é, “o mais profundo sedimento da população relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias” (173). A primeira, constituída por trabalhadores aptos para o trabalho, os quais são absorvidos pelas indústrias no período de crescimento dos negócios, mas que logo são expulsos, constituindo uma massa que se expande em cada momento de crise; a segunda, representada por órfãos e crianças indigentes, candidatos ao exército industrial de reserva que, em tempos de prosperidade, podem rapidamente ser incorporados ao “exército ativo de trabalhadores”; e a terceira categoria, constituída por degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho, que “[...] sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho,





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

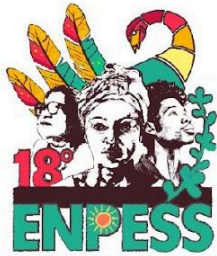
aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa” (MARX, 1996, p. 273). Nessa perspectiva, Marx afirma que:

O **pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva**. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence ao *faux frais* (falsos custos, N. dos T.) da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (1996, p. 273, grifos do nosso).

Assim, o **exército industrial de reserva** e o **pauperismo** constituem a degradação da classe trabalhadora, que ao capital são elementos essenciais para sua existência e para seu acúmulo de riqueza. É, portanto, da contradição econômica gerada pelo capital que germina os fundamentos do pauperismo da classe trabalhadora. De acordo com Marx, “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (MARX, 1996, p. 275). A relação existente entre o desenvolvimento da riqueza, a formação e ampliação de um exército industrial de reserva e o aumento do pauperismo definem o que Marx denominou de “lei absoluta geral da acumulação do capital”:

Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui (MARX, 1996, p. 275, grifo do autor).

É, portanto, nas palavras de Marx, um ajustamento necessário à valorização do capital. Esse ajustamento corresponde, primeiramente, à formação de um exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa; segundo, à “miséria de camadas sempre crescente do exército ativo de trabalhadores” (p. 274); e, por fim, ao peso morto do pauperismo. Esses fatores se colocam como condições necessárias à acumulação capitalista. De acordo com Pimentel, “a pauperização compõe a lógica perversa desse processo de acumulação capitalista” (2007, p. 50), visto que, se por um lado, tem-se a ampliação da riqueza, por outro, tem-se o pauperismo da classe trabalhadora. Assim, no que se refere ao pauperismo, Pimentel afirma que “a base de sua gênese é essencialmente econômica”. Sendo assim, “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. (MARX, 1996, p. 275).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Esse é, nas palavras de Marx, o “caráter antagônico da acumulação capitalista” (1996, p. 275). É a partir desse processo contraditório que se estabelece a base da constituição da questão social na sociedade capitalista. Para Pimentel, o fenômeno que se originou do pauperismo “constitui uma das primeiras expressões daquilo que se convencionou denominar ‘questão social’, considerando a dimensão imanente ao conflito de classe no capitalismo, manifesta na desigualdade social” (2007, p. 170). Desse modo, ao mesmo tempo que se tem o progresso das forças produtivas e o desenvolvimento da acumulação capitalista, tem-se, por outro lado, o aumento das desigualdades sociais e o fenômeno do pauperismo. Concordamos com a autora quando afirma que o **pauperismo é a raiz da questão social**, portanto, encontramos na relação contraditória entre produção da riqueza e a pobreza da classe que produz essa riqueza social, a base econômica para a apreensão da denominada questão social. Feitas as considerações acerca da base material do pauperismo da classe trabalhadora, compreendido, aqui, como primeira expressão daquilo que veio a se denominar por questão social, seguimos nossa análise trazendo ao/a leitor/a apreensão da dimensão política da questão social e o não atendimento às necessidades humano-sociais da classe trabalhadora na ordem capitalista, relação essa que permitiu o evidenciamento das demandas sociais.

### **3 A NÃO SATISFAÇÃO DAS REAIS NECESSIDADES HUMANO-SOCIAIS NA ORDEM DO CAPITAL: a dimensão política da questão social e as demandas sociais do trabalho**

O sistema capitalista havia gerado uma classe operária com suas necessidades não atendidas, resultando numa enorme distância entre suas condições de vida e os interesses da burguesia que a contratava. Entendemos que a não satisfação das necessidades diz respeito ao fato de que a sociedade capitalista não atende às reais necessidades dos indivíduos. Conforme Heller (1986), quando se verifica o desenvolvimento das forças produtivas, verifica-se que ocorre na mesma proporção a ampliação das necessidades sociais. De acordo com Heller, as necessidades são satisfeitas no meio social e, por isso, são sociais, visto que são resultado das relações do homem com o meio social e com outros homens. Além disso, elas também são humanas, quando relacionadas à sobrevivência pessoal e social. Desse modo, as necessidades sociais e humanas são postas pelos indivíduos nos seus desejos, percepção ou sensação. Entretanto, nessa forma de sociedade as necessidades sociais não correspondem às reais

necessidades dos indivíduos, por estarem vinculadas às necessidades puramente econômicas – intrínseca à produção, circulação e consumo de mercadorias.

As necessidades sociais são postas primeiramente pelos indivíduos, os quais necessitam do meio social e das relações sociais para satisfazê-las, independentemente de sua classe social. Desse modo, todas as necessidades são sociais; e todas as necessidades sociais são humanas, postas por cada sujeito social. Cada indivíduo faz parte de uma sociedade, assim, a necessidade social é a necessidade do conjunto de uma determinada sociedade. Com isso, entendemos que a necessidade social é algo mais geral e mais complexo do que a satisfação de necessidades pessoais.

Nesse sentido, Heller destaca que a necessidade social é um conceito complexo distinto da mera carência material. Na sociedade capitalista esta necessidade social se reduz à concepção de necessidade no aspecto econômico, material; isso significa dizer que é um caráter alienante posto por esta ordem societária. Para melhor entendimento acerca desse limite da necessidade social na sociedade capitalista, Heller se baseia na contradição desta sociedade para demonstrar esse limite. Segundo a autora, com o desenvolvimento das forças produtivas houve uma ampliação das necessidades sociais proporcional à ampliação da produção de mercadoria. Isso significou para o trabalhador seu empobrecimento, pois quanto mais riqueza a classe trabalhadora produzia, tanto mais pobre ele ficava, tanto mais se tornava impossível a satisfação de suas reais necessidades.

Conforme Costa e Santos (2002), para o capitalista a produção só se realiza se for lucrativa, isto é, os valores de uso são produzidos só enquanto portadores de valores de troca. Além disso, a produção do capital impõe produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, de modo que, produz não só valor, como também mais-valia, sendo sua fonte central o trabalho humano. As condições utilizadas para a produção da mais-valia resultaram na degradação do trabalhador, tanto do ponto de vista físico, quanto moral e psicológico.

Nessa direção, para Heller (1986), na sociedade capitalista a mercadoria é um determinante à satisfação das necessidades, sejam elas originária do “estômago ou da fantasia” (HELLER, 1986, p. 21, tradução nossa). Segundo a autora, a satisfação da necessidade constitui uma condição *sine qua non* para qualquer mercadoria. A riqueza material advinda do processo de produção e acumulação do modo de produção capitalista, que aqui analisamos, em vez de servir



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

às necessidades do trabalhador, real produtor da riqueza, direciona-se a responder às necessidades extraeconômicas da sociedade capitalista, sendo seu interesse último – o lucro.

Assim, Heller destaca que “As necessidades do trabalhador surgem como limites da riqueza e analisadas como tais. Mas, ao mesmo tempo, a necessidade que se manifesta na forma de demanda solvente é uma força motriz e um meio de desenvolvimento industrial” (1986, p. 24, tradução nossa). É nesse sentido que as necessidades são reduzidas ao aspecto econômico. A autora assevera que Marx, nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, deixa claro que necessidade “é um conceito extraeconômico e, portanto, histórico, filosófico e antropológico, no qual o bem-estar dos homens está acima dos interesses do capital” (HELLER, 1986). Assim, na opinião de Marx, segundo Heller, a redução da concepção de necessidade à necessidade econômica constitui uma expressão da alienação capitalista das necessidades, em uma sociedade na qual o fim da produção não está direcionado para a satisfação das necessidades do trabalhador, mas para a valorização do capital, e em que o sistema de necessidades está baseado no mercado, sob a forma de demanda solvente.

Logo, o papel do sistema de necessidades sociais sob a ordem do capital é manter e reproduzir a ordem social, mantendo saciado o lucro capitalista. Assim, a produção é destinada à valorização do capital, e não às reais necessidades humanas, visto que a sociedade capitalista produz mais do que necessita, não para prover as necessidades dos indivíduos, mas para obter o lucro e, portanto, sua autoreprodução.

Nesta sociedade as necessidades sociais, que aqui entendemos como de classes, são transmutadas em necessidades puramente materiais, que o capital vai atender sob a forma reduzida de demandas sociais. As necessidades sociais são fundantes das demandas sociais da ordem capitalista, essas são condicionadas pela relação das classes antagônicas entre si por sua respectiva condição econômica. Conforme Heller apud Amorim:

É por isso que as demandas sociais se referem a uma magnitude de determinadas necessidades sociais, que, no capitalismo, requerem para a sua satisfação a existência no mercado de trabalho de uma determinada quantidade de bens materiais, de mercadorias, de serviços, de atividades. Isso significa que as necessidades sociais se manifestam nas demandas sociais reduzidas às exigências econômicas de consumo no mercado capitalista. Contudo, visto que parte da classe trabalhadora que constitui a massa “sobrante” dessa sociedade não tem como consumir no mercado capitalista, alguém tem de consumir para ela, com a finalidade de atender a suas demandas imediatas, ao mesmo tempo, e principalmente, que responde às exigências rentáveis da acumulação capitalista. Esse alguém é o Estado que, na fase monopolista do capitalismo, responde a tais funções como elemento primordial para que o capital continue progredindo, livre de ameaças (2010, p. 46).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As demandas sociais geradas pelas necessidades sociais são referentes às classes sociais fundamentais (capitalista e trabalhadora), logo, são antagônicas e contraditórias. Tais demandas, por serem originadas pelas necessidades sociais, são reduzidas ao aspecto econômico que, para tanto, necessitou de um mercado, de serviços, bens materiais, etc, para sua satisfação. Todavia, quando as demandas se apresentam na sociedade parecem ter um caráter igualitário entre as classes, encortinando as desigualdades e a própria luta entre as classes. Neste sentido, por mais que as necessidades sociais e, portanto, as demandas advenham de uma determinada ordem social, essa por sua vez, é composta por classes sociais antagônicas, de modo que, as necessidades de cada uma delas se direcionam em interesses opostos. Logo, queremos com isso afirmar, que por mais que o conjunto de demandas sociais se apresentem no nível do imeditado da realidade como se fosse igualitário entre as classes, ao analisarmos criticamente, possui essências radicalmente adversas, assim, as demandas específicas da classe trabalhadora estão em oposição as da burguesia, pois emergem do pauperismo e das suas péssimas condições de vida, como discutimos no primeiro item deste artigo. Esta contradição põe em destaque o fenômeno do pauperismo, que “irá compor um quadro de desigualdades sociais” (PIMENTEL, 2007, p. 157), considerado como a primeira expressão da questão social.

No que se refere às demandas sociais da classe trabalhadora, estas se expressaram no momento em que esta classe, desprovida de suas condições materiais para se realizarem objetivamente nos seus meios de subsistência, revolta-se politicamente, ameaçando a estabilidade da ordem burguesa. Portanto, devido à pauperização massiva da classe trabalhadora e aos desdobramentos políticos e sociais, a classe trabalhadora reivindica melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, conforme Pimentel (2007), é posta a **dimensão política da questão social**, colocando em ameaça a ordem burguesa, o que resulta em respostas sociais para atender a algumas demandas sociais do trabalho, bem como aos interesses do capital. Analisando a dimensão política da questão social, a autora assinala que:

A “questão social” originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente, passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos se organizam, oferecendo resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores. Nesse cenário, o movimento socialista dá o tom ao caráter reivindicatório do operariado europeu, que empreende a luta contra condições opressivas de vida e de trabalho, tendo por suporte a demanda pela satisfação de carências materiais, consideradas sob o aspecto da natureza material e moral. No percurso do desenvolvimento de um capitalismo atravessado por lutas sociais entre capital e trabalho, constituem-se respostas sociais mediadas ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital (PIMENTEL, 2007, p. 170).

Devido à pauperização da classe trabalhadora, analisada no primeiro item deste artigo, e à não satisfação de suas necessidades de sobrevivência, iniciou-se um processo reivindicativo por melhores condições de vida e de trabalho, tendo “por suporte a demanda pela satisfação de carências materiais” (PIMENTEL, 2007, p. 170). Portanto, entendemos com Heller e Pimentel que é a partir desse processo que se põe a condição econômica e política das demandas sociais. Assim, conforme a citação acima, as demandas em um dado momento histórico foram alvo de resposta de organizações sociais e posteriormente foram enfrentadas pelo Estado, impulsionado pelo movimento de reprodução do capital.

Antes de se evidenciar o aspecto político da questão social, é preciso destacar que as péssimas condições de vida da classe trabalhadora eram alvo de intervenção da Igreja Católica e da burguesia, através de práticas filantrópicas, de cunho moralizador, mediante instituições assistencialistas. Precisamente, a questão social era vista “como problema cuja resposta não se enquadra na estrutura do Estado, visto que a burguesia se inspirava nas doutrinas liberais, avessas a qualquer intervenção do Estado nos assuntos sociais” (COSTA; SANTOS 2006, p. 10). O Estado apenas agia no intuito de fornecer condições necessárias para o desenvolvimento econômico da sociedade, a base legal para o mercado desenvolver-se, e sua intervenção sobre a questão social se dava por medidas emergenciais e pontuais, com vistas a proteger os ciclos de acumulação do capital.

É somente quando se evidencia o aspecto político da questão social, derivada do conflito entre as classes antagônicas, que surgem novas demandas sociais requeridas pela classe trabalhadora. Nesse contexto, tais demandas foram alvo da intervenção do Estado no capitalismo monopolista. Desse modo, o Estado institucionaliza algumas demandas sociais e, assim, enfrenta a questão social a partir de suas expressões. Entendemos que ao reconhecer e institucionalizar algumas demandas sociais, o Estado responde a algumas reivindicações da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que atende aos interesses do capital, isto é, por meio do processo de reprodução da classe trabalhadora, objetivando seu enfrentamento no momento em que reconhece e institucionaliza as políticas sociais, viabilizando serviços sociais. Visto que este se tornam fundamentais à reprodução da classe explorada pelo capital.

Por conseguinte, Heller afirma que a institucionalização das demandas sociais pelo aparelho governamental expressa uma das formas de satisfação social de necessidades, “unicamente suscetíveis de satisfação mediante a criação de instituições sociais relativas a elas” (1986, p. 84, grifo da autora). Isso significa dizer que o homem possui necessidades não só



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

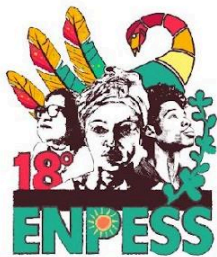
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produzidas socialmente, mas também necessidades passíveis de satisfação apenas através de instituições. O mesmo acontece, de acordo com a autora, com a satisfação das necessidades de aprender e de proteger a saúde, além de outras necessidades culturais e das necessidades da comunidade. Heller assevera que as necessidades sociais referentes às demandas são meras aparências das reais necessidades da classe trabalhadora. Para a classe trabalhadora põe-se a discrepância entre a "necessidade social" (p. 81), que se manifesta na forma de demanda efetiva, e as suas "reais" necessidades sociais, já que estas últimas não são só quantitativamente superiores à primeira, como também contêm necessidades concretas de distintos tipos.

Por fim, o Estado institucionaliza algumas demandas sociais a partir de políticas sociais de educação, saúde, habitação, assistência social, etc. e assim responde à questão social de modo fragmentado e parcializado a partir de suas expressões. Institucionaliza-se, então, a demanda social (mais geral), e dentro de cada instituição (de educação, saúde, assistência social etc) aparecem necessidades sociais que serão atendidas sob a forma de demandas institucionais correspondentes aos serviços sociais oferecidos pela instituição. Isso significa que as demandas institucionais são canais de reconhecimento e legitimidade das demandas sociais. Assim, as demandas institucionais ("vinculadas à ideologia dominante e às contradições do capitalismo" AMORIM, 2010, p. 115) são diferentes das demandas sociais, visto que o que é demandado pela instituição é mais reduzido do que a demanda social. Ambas as demandas são de classe, embora no âmbito da instituição apareçam como sendo de todas as classes, e não como produzidas/criadas a partir do confronto/antagonismo entre elas.

Concluimos destacando ao/à leitor/a, que as necessidades humano-sociais e as demandas sociais, específicas, da classe trabalhadora deitam suas raízes mais profundas na contradição desta ordem societária. O processo de exploração da força de trabalho e o conseqüente pauperismo experimentado por grande parcela dos sujeitos sociais demonstram que a base econômica da sociedade capitalista é desumana, contraditória e desigual, pois na mesma proporção de produz em níveis cada vez mais elevados a riqueza social, nesta mesma proporção gera pobreza, degrada o trabalhador, e o descarta na mesma magnitude. Sua reprodução é, portanto, somente conveniente ao capital a medida que gera lucro, assim, a própria reprodução da vida possui tempo útil ao capital.

#### **4 CONCLUSÃO**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

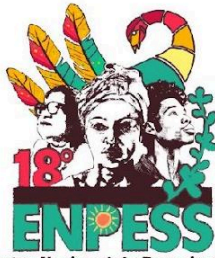
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

À guisa de algumas considerações finais acerca do que até aqui sinalizamos, se estivermos no caminho certo, a Teoria Social marxiana tem nos revelado aquilo se esconde nas estranhas da reprodução do capital – a pobreza e degradação da classe trabalhadora. Finalizamos essas laudas, apontando que encontramos na “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” que o processo de pauperização da classe trabalhadora é uma condição necessária à acumulação do capital, portanto, “uma condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1996, p. 263). Assim, entendemos que o pauperismo “constitui uma das primeiras expressões daquilo que se convencionou denominar ‘questão social’” (PIMENTEL, 2007, p. 170). Nesse momento ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, resultando na ampliação das necessidades sociais reduzidas à concepção econômica. Portanto, esta sociedade não possibilita a satisfação de todas as necessidades dos sujeitos e, por conseguinte, à sua humanização, pois as necessidades sociais são reduzidas para satisfazer as necessidades de valorização e acumulação do capital. Dessa forma no capitalismo, as necessidades sociais foram reconhecidas através das demandas sociais referente às classes sociais antagônicas.

No que se refere às demandas específicas da classe trabalhadora, estas se evidenciaram no momento em que esta classe, desprovida de suas condições materiais para se realizarem objetivamente nos seus meios de subsistência, revoltou-se, ameaçando a ordem burguesa. Essa questão pôs em destaque a dimensão política da questão social; assim, algumas demandas sociais (como educação, saúde, habitação etc.) foram institucionalizadas pelo Estado mediante as políticas sociais, respondendo aos interesses de reprodução do capital. Consideramos que apreender os fundamentos econômicos e políticos do que veio a se denominar por questão social, deve-se, precisamente, analisar radicalmente o sistema de contradições do capital, que gera tanta riqueza e em sua mesma proporção pobreza àqueles que são os verdadeiro produtores sociais – a classe trabalhadora, a qual ver historicamente as suas reais necessidades humano-materiais sendo reduzidas à mercadoria. Nesta lógica, tudo se torna mercadoria ao capital, e ao final o que importa a esta sociedade é a satisfação da uma única necessidade – a fome pelo lucro.

## REFERÊNCIAS





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

AMORIM, Andressa Gomes Carvalho. **O serviço social e a institucionalização das demandas sociais**: um estudo a partir das necessidades sociais no capitalismo. Maceió: UFAL, 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, 2010.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela Educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

COSTA, Gilmaisa Macedo; SANTOS, Edlene Pimentel. Sobre as origens da questão social. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS /ABEPSS – Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJR**, em novembro de 2002.

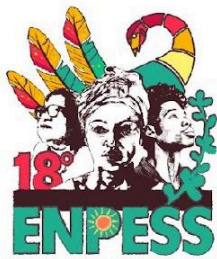
HELLER, Agnes. **Teoria de las necesidades em Marx**. 2. Ed. Barcelona: Ed. Península, 1986.

MARX, Karl. **O capital**. Livro primeiro. Vol 1. Trad. Reginal Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Cap. XIII, p. 391-499.

\_\_\_\_\_. **Glosas Críticas Marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Maquinaria e grande indústria. In: **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988, vol.II.

PIMENTEL, E. **Uma “Nova questão social”? raízes materiais e Humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje**. Maceió. EDUFAL, 2007

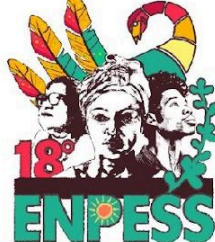


**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**